VI Colóquio Internacional
"Educação e Contemporaneidade"
São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – UMA ANÁLISE DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO – CAETITÉ/BA

Autora: Waldirene Magna Guimarães Pimentel[1]
Coautora: Jeovângela de Matos Rosa Ribeiro[2]
Coautora: Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva [3]

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas

RESUMO

Com o objetivo de contribuir para a qualificação e efetivação da aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos ofertados no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP - Caetité/BA, este trabalho propõe a reflexão, à luz da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e de renomados autores, sobre a avaliação do processo de ensino-aprendizagem adotada nesta Unidade de Ensino. Faz uma análise das suas formas de avaliação, através da identificação dos procedimentos e instrumentos avaliativos utilizados pelos professores e sua influência nos índices de desempenho dos alunos de Educação Profissional na modalidade integrada ao Ensino Médio. Apresenta os fatores condicionantes dos resultados positivos e/ou negativos referentes ao processo avaliativo e que interferem diretamente na relação ensino-aprendizagem da referida instituição de ensino.

Palavras-chave: avaliação, educação profissional, ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

With the aim of contributing to the qualification and completion of students ' learning of technical courses offered in vocational education Territorial Centre of Backwoods Productive-CETEP-Caetité/BA, this paper proposes a reflection, in the light of the law of Guidelines and Bases 9,394/96 and renowned authors, on the evaluation of the teaching-learning process adopted in this teaching unit. Makes an analysis of their evaluation forms, through the

[1] Graduada em Licenciatura em História – UNEB / Graduanda em Recursos Humanos – Claretiano / Especialista em Avaliação Escolar – UNEB / Especialista em História do Brasil – FIJ / Especialista em Gestão Escolar – UFBA / magnapmarques@hotmail.com

[2] Graduada em Licenciatura em Geografia – UNEB / Graduada em Licenciatura em Matemática – UNEB / Graduanda em Gestão Financeira – Claretiano / Especialista em Sustentabilidade Ambiental no Semiárido – UNEB / Especialista em Gestão Escolar – UFBA – jeoescola@yahoo.com.br

[3] Graduada em Licenciatura em História – UNEB / Graduada em Licenciatura em Biologia – FGF / Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental – UNEB / Especialização em Formação Sócioeconômica do Brasil – UNIVERSO / Especialização em Gestão Escolar – UFBA / Especializanda em Gestão Escolar da Rede Estadual – IFPR / Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação rosany_katia@yahoo.com.br

identification of evaluative procedures and instruments used by teachers and their influence on students ' performance indexes of Professional Education in integrated mode to high school. Displays the conditions of positive results concerning negative and/or evaluation process and that interfere directly in teaching-learning relationship of the said educational institution.

Keywords: evaluation, professional education, teaching-learning.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM ENFOQUE TEÓRICO

Embora muito já se tenha dito e escrito sobre a importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem como instrumento de formação, inclusão e emancipação do aluno, constata-se que a realidade no cotidiano escolar ainda está longe de atender a essa premissa.

Este estudo parte do princípio de que a avaliação é, acima de tudo, a bússola orientadora de todo o processo ensino-aprendizagem e que, além de permitir verificar em grande medida se cada um dos objetivos foi atingido, possibilita adaptá-los às características e interesses do aluno e adequar as propostas educativas ao nível de aprendizagem da turma, cabendo um novo pensar e fazer a educação a partir de suas práticas avaliativas.

A avaliação deve ser sempre no sentido de desafiar o aluno a ir além, de valorizar suas conquistas, de instrumentalizá-lo para a superação das dificuldades e dos medos, permitindo-lhe voos cada vez mais amplos e livres de barreiras emocionalmente impostas.

Considerando que o aluno quer aprender e deseja ajuda para isso, a avaliação se mostra como referencial e indicador à disposição do professor fornecendo informações precisas e qualitativas sobre os processos de aprendizagem.

Muitas escolas enfrentam um grave problema no que se refere à qualidade da aprendizagem dos alunos. Situações contraditórias apresentam-se quando a análise dos índices de aprovação / reprovação demonstra o alto nível de aprovação contra índices mínimos de reprovação ou, inversamente, há os altos índices de reprovação.

A aprovação em alta, inicialmente, parece um excelente resultado. Mas, na prática, constata-se que boa parte dos alunos aprovados é promovida sem uma aprendizagem de qualidade efetiva. Ou seja, sem “mérito” de aprendizagem.

As possíveis causas para essa má qualidade da educação, que faz com que alunos sejam promovidos sem desenvolver habilidades e competências mínimas para um estágio subsequente de aprendizagem estão relacionadas, na maioria das vezes, à má utilização dos instrumentos de avaliação.

Por outro lado, verifica-se que o sistema educacional apresenta, entre outras questões preocupantes, relevantes índices de evasão e repetência.

É necessária a reflexão e tomada de decisões coletivas sobre os processos avaliativos atualmente adotados pelas escolas na perspectiva de um novo entendimento sobre fundamentos básicos que permitem entender qual o sentido da avaliação, a quem interessa, qual o seu significado, como se articula com o projeto pedagógico, qual a sua intencionalidade e as suas consequências.

Num momento em que se busca maior qualidade e produtividade do Sistema Educacional, elevação da autoestima dos educandos, democratização e qualidade do ensino, é inconcebível que o aluno seja promovido ou não por uma prática punitiva e excludente adotada como referencial.

O objetivo primeiro da avaliação escolar não é aprovar ou reprovar o aluno, mas reorientar o processo de ensino-aprendizagem, caso a qualidade dos resultados alcançados não seja satisfatória, ou encaminhar o educando para passos subsequentes na construção do seu próprio conhecimento.

Com esta concepção não se pretende "*aprovar*" o aluno a todo custo, "*sem saber nada*". O que se pretende, na realidade, é levar o educando a perceber que a escola não é a dona do saber e da verdade, saber que ele traz consigo conhecimentos adquiridos em outros ambientes, que podem e devem servir como base para a aquisição de novos saberes. Cabe ao professor, nesse momento, estabelecer relações entre esses conhecimentos, promovendo a formação de cidadãos críticos, capazes e atuantes.

> A educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996).

Uma avaliação que de fato tenha como finalidade a construção de conhecimentos reais deve estar pautada nas seguintes bases: diagnóstica, processual / contínua, cumulativa e participativa / emancipatória.

De acordo com o Art. 24, inciso V, alínea **a** da LDB, a verificação do rendimento escolar observará critérios como *avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais*.

Segundo Chervallad (1991), *as notas fazem parte de uma negociação entre o professor e seus alunos, ou pelo menos, em arranjo que lhe permite fazer trabalhar, ficar em silêncio, prestar atenção, em vista do objetivo supremo: passar de ano.*

Avalia-se sempre para agir. Qualquer pesquisa neste sentido tem por objetivo, aumentar a eficácia do ensino ou da não seleção. Não há orientação escolar sem avaliação. Sendo assim, o professor pode se prevenir contra interpretações injustificadas, ajustar sua avaliação para dar chances ao aluno que lhe parecer "valer mais que seus resultados" ou, ao contrário, acabar com suas ilusões, avaliando um aluno, levando-o severamente a subestimar suas possibilidades.

Avaliação não é uma operação instantânea. Leva tempo, requer um trabalho de elaboração de instrumentos, de administração, de provas, de codificação e interpretação de resultados.

> O professor deve avaliar por razões diversas, não apenas para fundamentar uma decisão de orientação. Avalia para gerir a progressão no programa, para motivar o aluno, para manter a ordem, para informar os pais, à administração, para certificar os conhecimentos do ano e, portanto para garantir o direito a uma promoção. (Philippe Perrenoud,1999)

Quando se objetiva uma avaliação formativa, cumulativa, prognóstica, incitativa, ou ainda informativa, não se deve coletar as mesmas informações, nem processá-las da mesma maneira.

O que une aluno e avaliador é uma relação social específica, que na realidade une mais do que duas pessoas. O avaliador é um agente de uma organização complexa, em nome da qual avalia, enquanto que o aluno faz parte de uma turma, pertence à uma família, grupos diferentes envolvidos pela avaliação de seus membros. Esta relação de forças não é equilibrada.

Avaliar requer consciência crítica, abertura e predisposição para aceitar o que precisa ser mudado, compreensão dos limites do outro e um possível auxílio ao educando que se está formando, se desenvolvendo e construindo conhecimentos, hábitos, competências e valores indispensáveis que o conduza à realização de si mesmo e ao reconhecimento do outro como sujeito.

Luckesi (1995) afirma que

> ...de um lado, a avaliação da aprendizagem tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e, por isso mesmo, na sua integração consigo mesmo, ajudando-o na apropriação dos conteúdos significativos (conhecimentos, habilidades, hábitos, convicções). A avaliação aqui se apresenta como um meio constante de fornecer suporte ao educando no seu processo de assimilação dos conteúdos e no seu processo de constituição de si mesmo como sujeito existencial e como cidadão.

Dessa forma, o educando tem direito de ingressar, permanecer, ter sucesso e até mesmo regressar (quando for o caso) à escola. Porém, as atuais práticas de avaliação adotadas em

muitas escolas ilustram índices de reprovação, desistência, repetência e um consequente fracasso escolar.

É preciso considerar que a "culpa" pelo fracasso não é exclusivamente do aluno. Depende do desempenho de professores e alunos, dos instrumentos utilizados para avaliar o processo de ensino-aprendizagem e da forma com que estes foram utilizados.

A avaliação como ainda vem sendo praticada nega a individualidade do aluno em razão de parâmetros avaliativos pré-estabelecidos que excluem e/ou classificam o indivíduo. Jussara Hoffman (1999, p. 18), afirma que *respeitar as diferenças entre os alunos é uma tarefa que exige, sobretudo, sensibilidade, humanidade e cooperação entre os professores.* Se respeitadas as diferenças dos alunos no seu tempo de construção do conhecimento, as escolas não poderão persistir nas reprovações em função de critérios padronizados.

A relação autoritária entre professores e alunos em sala de aula corrobora no mau uso dos instrumentos de avaliação. Os alunos são coagidos a se comportarem "bem" e o professor faz isto na tentativa de eliminar problemas disciplinares. A fim de resolver esta situação, é utilizado um recurso externo, que pode ser uma recompensa – a nota – aprovação no fim do ano – seja de punição – repreensão, castigos, reprovações, etc.

Magda Soares (1978) analisa este fato com propriedade.

> A avaliação sob a falsa aparência de neutralidade e objetividade, é o instrumento por excelência de que lança mão o sistema de ensino para controle das oportunidades educacionais e para dissimulação das desigualdades sociais, que ela oculta sob a fantasia do dom natural e do mérito individual conquistado. Sua utilização tal como se dá na maior parte dos países subdesenvolvidos, não incrementa as oportunidades educacionais e sociais: mas, ao contrário, restringe-as no sentido mais convincente à manutenção da hierarquia social.

É comum a utilização da avaliação de forma autoritária. E este autoritarismo se estende a outras instâncias do sistema educacional (currículo, plano de curso, etc.) a fim de atender as determinações dos órgãos superiores da administração que ainda visam, essencialmente, dados estatísticos.

Urge que o sistema possibilite a implementação da avaliação da aprendizagem escolar, no sentido de atender e desenvolver de forma plena as potencialidades dos alunos, buscando encontrar caminhos que levem à superação das dificuldades.

No cotidiano escolar, o papel avaliativo do educador deve ser o de interpretar cuidadosamente as produções dos alunos na tentativa de que suas posturas e concepções teóricas interfiram o mínimo no que observa.

O educador deve estar consciente de seu envolvimento e dos juízos de valor estabelecidos, no que se refere ao caráter subjetivo da avaliação. Os padrões de mensuração ideais, de caráter objetivo e uniforme, são os maiores entraves num processo avaliativo que deve respeitar a individualidade dos alunos. É preciso ter estabelecido o que se vai ensinar e o que é necessário que os alunos aprendam com base nos conteúdos significativos, contextualizados e operacionais.

Existe uma estreita relação entre avaliação e decisão, pois a avaliação jamais deve ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como componente de um sistema de ações. A partir dos resultados obtidos, o educador deve apresentar novas situações de aprendizagem que levem o aluno a avançar, retomando o trabalho, caso os resultados obtidos não tenham sido satisfatórios. A avaliação é um instrumento auxiliar da aprendizagem, que possibilita ao professor identificar o que deve ser feito para ajudar o aluno melhorar o seu desempenho. Dessa forma, a avaliação, sendo qualitativa, cumpre sua função didático – pedagógica de possibilitar ao professor e ao aluno a identificação do que deve ser feito para redirecionar o processo de ensino-aprendizagem.

Enquanto a prova isolada é tomada como um instrumento quantitativo que mostra "quanto" o aluno aprendeu, transformando em quantidade numérica o resultado da aprendizagem. A avaliação qualitativa tem como característica principal a participação na conquista do espaço próprio e criativo.

De acordo com Antoni Zabala (1998), numa análise da avaliação sob um aspecto qualitativo, tendo a aprendizagem como referencial psicopedagógico, os resultados da avaliação se centram prioritariamente no processo de ensino/aprendizagem.

Com base nisso, ele discute a avaliação em quatro fases: inicial, reguladora, final e integradora.

Num primeiro momento do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, na avaliação inicial, o professor busca informações a respeito do aluno, do que esse aluno sabe, do que ele sabe fazer e de como ele é. De acordo com Zabala, *esse seria o ponto de partida que deve permitir estabelecer os tipos de atividades ou procedimentos que venham a favorecer a aprendizagem do aluno.*

A avaliação reguladora refere-se ao conhecimento que o professor deve buscar em relação a como cada aluno aprende ao longo do processo de ensino/aprendizagem, para se adaptar às novas necessidades que se colocam.

A avaliação final está relacionada aos resultados obtidos e aos conhecimentos adquiridos pelos alunos. Diferenciando-se da avaliação integradora ou somativa, que diz respeito a

> ...um informe global do processo que, a partir do conhecimento inicial (avaliação inicial), manifesta a trajetória seguida pelo aluno, as medidas específicas que foram tomadas, o resultado final de todo o processo e, especialmente, a partir desse conhecimento, as previsões sobre o que é necessário continuar fazendo ou o que é necessário fazer de novo (ZABALLA, Antoni.1998).

Para Zabala, *a avaliação é um elemento-chave de todo o processo de ensinar e aprender, sua função se encontra estritamente ligada à função que se atribui a todo o processo.*

Celso Vasconcelos (1998) afirma que *o real sentido da avaliação é distorcido pelos professores de tal forma que a concepção excludente se interioriza no processo.* Essa distorção ocorre mesmo que o professor tenha acesso a discussões que enfatizem a avaliação num sentido formativo do indivíduo. Ele apresenta fatores que levam os professores a essa distorção como, por exemplo,

> ...a necessidade, proveniente tanto da proposta de trabalho equivocada que leva para sala de aula, como do fato de encontrar alunos condicionados a esse sistema avaliativo, ou ainda, da falta de condições de trabalho... Outro fator seria a convicção que, historicamente, vai sendo constituída no professor em relação à avaliação assentada basicamente sobre a reprovação como alternativa pedagógica.

Articulada ao Projeto Político Pedagógico, a avaliação da aprendizagem deve ser negociada com os alunos e ir além do aspecto cognitivo. A maneira como a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza. Essa prática deve ser capaz de julgar o valor do aluno e possibilitar que ele cresça como integrante de uma comunidade. Em última instância, deve visar à superação da exclusão, almejando o cumprimento da missão da escola de transformar a sociedade através da formação de cidadãos críticos, atuantes e mais humanos.

Dentro da proposta da Educação Profissional, que tem o trabalho como princípio educativo, a avaliação deve ser um dos instrumentos favoráveis à emancipação, a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto Estadual 11.355/2008, a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia, se deve à

> ...implantação da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional no Estado da Bahia, visando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da Educação Profissional com o

> mundo do trabalho e o incentivo à inovação e o desenvolvimento científico-tecnológico. (DIEESE, Salvador, 2008)

Portanto, diante da proposta de oferta da Educação Profissional, o CETEP do Sertão Produtivo tem o desafio da formação integral do aluno. E esta formação só é possível se estiver articulada com práticas pedagógicas que permitam a participação ativa do aluno, um currículo que valorize a autonomia e, principalmente, uma avaliação que esteja amparada no objetivo de favorecer a aprendizagem efetiva, inclusiva e democrática a todos os alunos dos cursos técnicos em seus diferentes eixos e modalidades, no caso deste trabalho, especialmente, aos alunos da Educação Profissional na modalidade integrada ao Ensino Médio.

UMA ANÁLISE FEITA A PARTIR DOS SUJEITOS E INSTRUMENTOS DO CETEP SERTÃO PRODUTIVO

No dia 17 de abril do ano de 2009 foi criado o Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (CETEP), com sede no município de Caetité, alto sertão da Bahia. Esta criação se deve ao intuito de implementar neste Território de Identidade uma formação integral de qualidade, voltada para o mundo do trabalho, pautada no que determina o Plano Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia, atendendo às necessidades da cadeia produtiva da população que convive com o semi-árido nordestino. De acordo com o referido Plano, este Centro de Educação Profissional tem como proposta pedagógica o trabalho como princípio educativo, cujo principal objetivo é a formação integral do indivíduo: pessoa humana, trabalhador/a e sujeito de direitos.

Os alunos da instituição em estudo possuem características que variam de acordo com a origem, a modalidade do curso em que estão matriculados e do turno em que estudam. Frequentam, no matutino e vespertino, estudantes de cursos técnicos de nível médio, classificados numa faixa etária entre 14 e 18 anos de idade, que na grande maioria não possuem experiência profissional. São filhos de famílias de classe social média e/ou baixa e alguns são residentes na zona rural do município, tendo que se deslocarem diariamente por meio do Programa de Transporte Escolar. Alguns dos alunos também são oriundos de municípios vizinhos e custeiam por conta própria seu deslocamento diário entre a casa e a escola. Existem, ainda que em número menor, alunos que, por serem de municípios distantes, moram em pensionatos com o objetivo exclusivo de fazerem os Cursos Técnicos oferecidos

no Centro. Entre esses estudantes é comum o objetivo de buscar uma formação que possibilite a inserção no mundo do trabalho enquanto cursam o Ensino Superior.

Os alunos matriculados na modalidade Subsequente e PROEJA, estudantes do turno noturno, são adultos acima de 18 anos de idade e normalmente são chefes de família e possuem uma vida profissional encaminhada. Ao buscarem os cursos técnicos pretendem ampliar as possibilidades de emprego e aperfeiçoar a prática de trabalho. A clientela do diurno é formada na maioria por adolescentes que cursam a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio – EPI, sendo esta a modalidade a qual se limitou o estudo desta pesquisa.

Dessa forma, o CETEP tem o desafio da oferta de Educação Profissional de qualidade aos adolescentes, jovens e adultos que fazem parte do Território de Identidade Sertão Produtivo, composto por dezenove municípios do semiárido baiano. Este desafio está estampado na missão, apresentada em seu Projeto Político Pedagógico, que é *ser excelência na oferta da Educação Profissional de qualidade, através da formação de cidadãos éticos, solidários e competentes para atuarem no mundo do trabalho.* A visão pleiteada é *a consagração deste Centro Territorial de Educação Profissional como unidade de ensino de referência e como principal contribuinte na mudança da realidade social, política e econômica do Território de Identidade Sertão Produtivo*.

Considerando que a qualidade da aprendizagem está relacionada principalmente à forma como esta se processa e se desenrola na sala de aula, na relação aluno-professor / professor-aluno, metodologia de trabalho e avaliação, justifica-se a importância de analisar um dos seus mais importantes aspectos: a avaliação do processo ensino-aprendizagem, tomando como foco a Educação Profissional Integrada, ofertada no período diurno.

A partir da observação do comportamento de alunos e professores, dos registros em diários de classe e de relatórios de planejamento da instituição em comento, verifica-se que ainda há muito por fazer em relação à avaliação da aprendizagem para que se conquiste uma Educação Profissional de qualidade.

Tanto alunos como professores ainda percebem o momento de avaliação como etapa para a progressão ou não das etapas de ensino. O fator *nota* tem um peso muito grande no processo avaliativo e, embora em poucos casos, ainda envolve alunos e professores numa relação de autoritarismo e subordinação.

Alguns relatos da equipe gestora evidenciam a ocorrência de alguns conflitos entre professores e alunos gerados no contexto da avaliação ou a partir de um mau uso dela. Os momentos de planejamento de professores, reunidos semanalmente pelo eixo tecnológico dos cursos técnicos ofertados, dão conta de alguns desencontros de ações e procedimentos

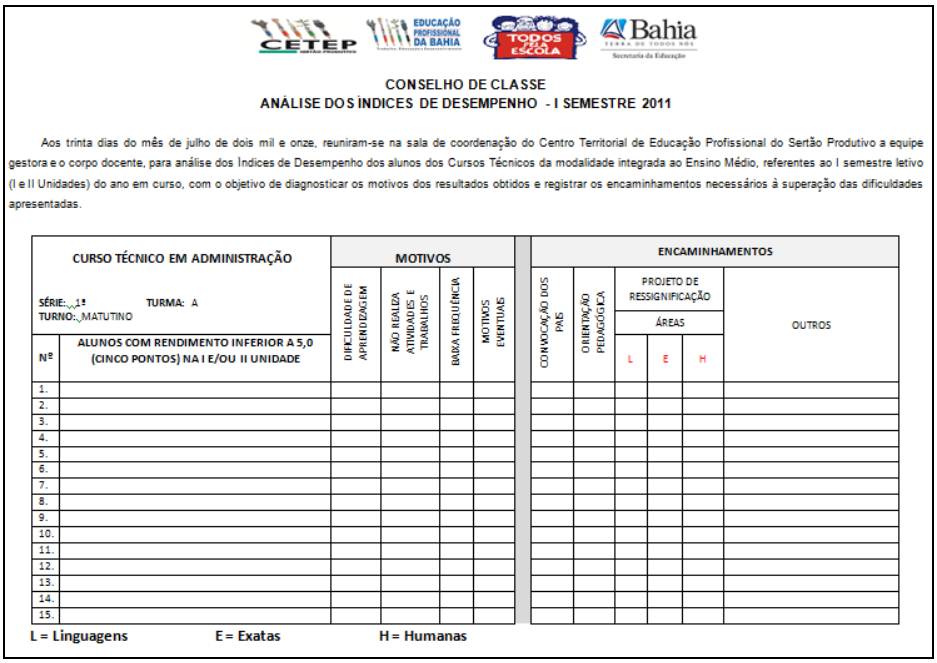
avaliativos, onde alguns professores agem de acordo com o que lhes convêm. Ou seja, existem os professores que conhecem e reconhecem a importância da avaliação como instrumento formativo do aluno, autoavaliativo dos sujeitos e de novas tomadas de decisão, a fim de se garantir a sua aprendizagem, mas essa não é uma postura arraigada nos procedimentos metodológicos de todos.

Nesse contexto, há que se considerar que a formação dos profissionais tem um peso importante sobre os procedimentos metodológicos adotados. Existem, na instituição em estudo, algumas diferenciações quanto à formação. Embora não seja um caso generalizado, os professores de disciplinas específicas geralmente são técnicos, sem formação em licenciatura, e, naturalmente, apresentam uma limitação maior na prática didático-metodológica em relação aos professores licenciados. Isso reflete, por exemplo, nas formas e nos instrumentos avaliativos utilizados.

Evidencia-se uma maior dificuldade dos alunos tanto pela especificidade das disciplinas técnicas, quanto, talvez, pelo uso limitado dos instrumentos avaliativos, composto, na maioria das vezes, de testes e provas, de acordo com os registros observados em diários de classe.

Um aspecto positivo em relação ao processo avaliativo é a ocorrência do Conselho de Classe semestral. Este representa um momento de superação ou, quem sabe, correção das dificuldades e limitações apresentadas no percurso avaliativo semestral. É o momento de reflexão coletiva dos professores, articuladores de eixo tecnológico e equipe gestora sobre os avanços do processo de aprendizagem dos alunos, apontando os possíveis fatores que influenciam no rendimento dos mesmos e as estratégias de intervenção adequadas a cada situação analisada.

Como objeto deste estudo foi criado um instrumento de levantamento de informações sobre os possíveis motivos que interferem na aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, que apresentam baixo rendimento, de acordo com a figura seguinte.



CONSELHO DE CLASSE
ANÁLISE DOS ÍNDICES DE DESEMPENHO - I SEMESTRE 2011

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e onze, reuniram-se na sala de coordenação do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo a equipe gestora e o corpo docente, para análise dos Índices de Desempenho dos alunos dos Cursos Técnicos da modalidade integrada ao Ensino Médio, referentes ao I semestre letivo (I e II Unidades) do ano em curso, com o objetivo de diagnosticar os motivos dos resultados obtidos e registrar os encaminhamentos necessários à superação das dificuldades apresentadas.

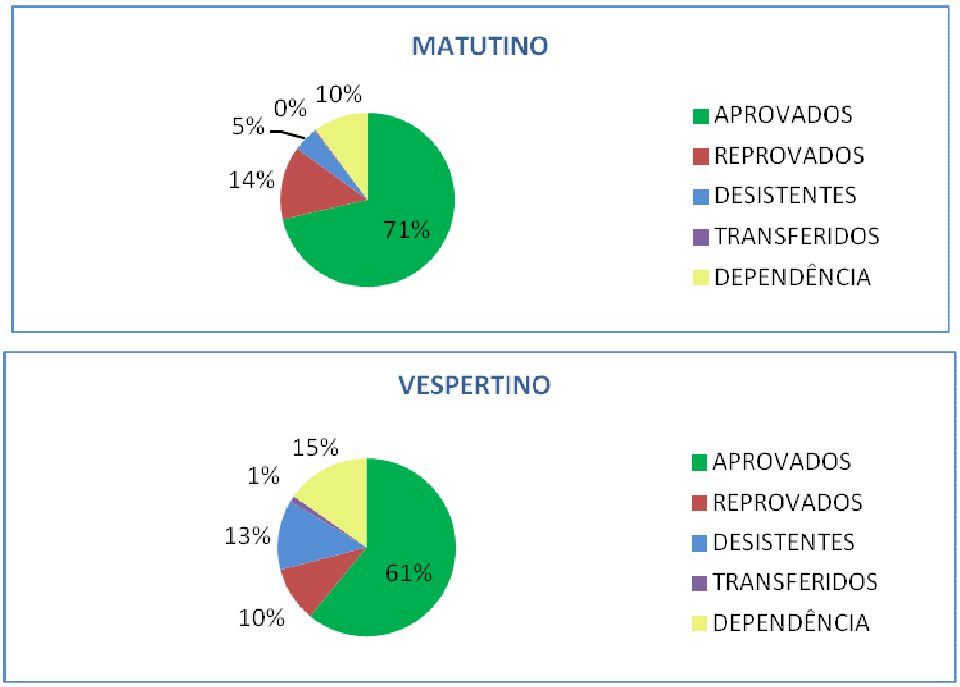
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO SÉRIE: 1ª TURMA: A TURNO: MATUTINO		MOTIVOS				ENCAMINHAMENTOS					
								PROJETO DE RESSIGNIFICAÇÃO			
								ÁREAS			
Nº	ALUNOS COM RENDIMENTO INFERIOR A 5,0 (CINCO PONTOS) NA I E/OU II UNIDADE	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	NÃO REALIZA ATIVIDADES E TRABALHOS	BAIXA FREQUÊNCIA	MOTIVOS EVENTUAIS	CONVOCAÇÃO DOS PAIS	ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA	L	E	H	OUTROS
1.											
2.											
3.											
4.											
5.											
6.											
7.											
8.											
9.											
10.											
11.											
12.											
13.											
14.											
15.											

L = Linguagens E = Exatas H = Humanas

Figura 01: Conselho de Classe – Análise dos índices de desempenho – I Semestre 2011

Este instrumento foi utilizado durante a realização do Conselho de Classe semestral do CETEP do Sertão Produtivo no ano de 2011. Dentre os motivos, foram registrados e discutidos coletivamente os seguintes: dificuldade real de aprendizagem, não realização de atividades e trabalhos, baixa frequência e questões eventuais (doença, problemas familiares, entre outros). A utilização desse instrumento permitiu a socialização dos índices de desempenho de cada aluno, por turma e disciplina, como tentativa de sanar as "injustiças" ocorridas no processo avaliativo. Um momento de riqueza de informações e de troca de experiências que favoreceu a reflexão e a autoavaliação dos educadores para uma nova tomada de decisão no seu procedimento avaliativo, especialmente os profissionais que não tiveram a oportunidade da formação didático-pedagógica.

A análise de desempenho individual, com a indicação coletiva de estratégias de intervenção, como por exemplo, o apoio pedagógico individualizado, a convocação de pais e/ou o encaminhamento ao Projeto de Ressignificação da aprendizagem oferecido na instituição, possibilitou verificar uma pequena melhoria no rendimento final dos alunos no ano letivo de 2011, de acordo com os índices de desempenho, apresentados nos gráficos a seguir.



Fonte: A autora

É válido ressaltar novamente que este levantamento refere-se a uma das modalidades de Educação Profissional ofertadas no CETEP do Sertão Produtivo, a Educação Profissional Integrada – EPI, ofertada nos turnos matutino e vespertino.

De acordo com esses dados, é possível perceber que um percentual considerável de alunos, mesmo progredindo pra série seguinte, fica na dependência de até três disciplinas. Existe uma diferença do nível de aprovação entre os dois turnos. Os alunos oriundos da zona rural frequentam em sua maioria o turno vespertino e apresentam mais dificuldades em relação aos do turno matutino. Possivelmente, devido às deficiências do ensino fundamental, esses alunos apresentam maiores dificuldades. Daí a necessidade de se considerar os diferentes níveis e ritmos de aprendizagem no processo avaliativo, permitindo a inclusão com o acompanhamento sistemático do desenvolvimento do aluno, através do uso de diversos instrumentos avaliativos.

OS FATORES QUE ALTERAM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CETEP SERTÃO PRODUTIVO

Nesta pesquisa, tomando por base os relatos de gestores, articuladores de eixo tecnológico, alunos, professores, registros em diários de classe, relatórios de planejamento e a

análise coletiva dos índices de desempenho dos alunos do CETEP do Sertão Produtivo, foi possível identificar alguns fatores que interferem diretamente nos resultados da aprendizagem dos alunos desta instituição.

O uso ou não de instrumentos diversificados de avaliação é um dos procedimentos que interfere diretamente nos resultados avaliativos. Verifica-se que as disciplinas onde os professores utilizam diversos procedimentos avaliativos, os alunos obtiveram resultados mais satisfatórios, ao contrário das que ainda se utilizam prioritariamente de provas. Outro fator importante, já que se trata do trabalho com cursos técnicos, é a utilização ou não de aulas práticas, especialmente nas disciplinas específicas. Esse é um questionamento apresentado pelos alunos como um dos principais motivos da dificuldade que apresentam em algumas disciplinas.

Um fator considerável é o nível dos alunos e/ou a sua adaptação, ou não, ao ritmo de trabalho da instituição. Pelos registros quantitativos desses alunos, é possível perceber que o baixo rendimento é mais significativo nas primeiras séries dos cursos técnicos, especialmente no primeiro ano. As observações feitas pelos professores nos momentos de Conselho de Classe e de coordenação pedagógica também evidenciam essa falta de preparo dos novos alunos. No entanto, é preciso considerar os casos em que esse baixo rendimento é superado nas unidades finais.

A partir do ponto de vista dos alunos, e de queixas apresentadas à equipe gestora, existem casos lamentáveis de professores que ainda utilizam um ou dois únicos instrumentos avaliativos escritos para uma unidade inteira, mesmo que, de acordo com o Regimento Escolar, o limite mínimo seja de três avaliações por unidade.

Outro aspecto importante é a relação entre a metodologia de trabalho do professor e os resultados dos alunos. Para as disciplinas nas quais existe a apresentação inicial de um roteiro de trabalho organizado e negociado com os alunos, com ementa e atividades avaliativas definidas e organizadas, os alunos demonstram mais segurança por conhecerem previamente o caminho que será percorrido no seu processo de aprendizagem. Isso reflete positivamente, pois possibilita a preparação antecipada e a disciplina para o cumprimento das atividades propostas.

Nessa análise, é preciso levar em consideração, como também condicionante dos índices de desempenho dos alunos, a influência da relação estabelecida entre aluno/professor e professor/aluno. Nos casos em que aparecem limites para que essa relação seja harmoniosa e respeitosa, os resultados avaliativos ficam comprometidos, muitas vezes por causa de motivos simples e facilmente passíveis de resolução, mas que não são superados por falta de

comunicação entre as partes. Relatos como "o professor não explicou que a prova seria dessa forma" ou "orientei os alunos que estavam na sala, os que não estavam deviam saber" evidenciam a falta de diálogo mais consistente entre educador e aluno, ou vice-versa.

CONSIDERAÇOES FINAIS

A garantia da qualidade na educação, especialmente a Educação Profissional, perpassa pela revisão séria e emergencial na adoção dos procedimentos metodológicos e avaliativos feita no dia-dia escolar.

Este estudo e os resultados coletados a partir dele, tomando por base um exemplo em muitos, demonstra que, mesmo que muito já se tenha dito e escrito sobre a importância da avaliação no percurso formativo do indivíduo, a realidade no cotidiano escolar ainda se desenrola subordinada aos modelos de reprodução da desigualdade e da exclusão social, que classifica e seleciona, com base em padrões pré-estabelecidos, desconsiderando as diferenças dos ritmos e das formas de aprendizagem.

Os fatores diagnosticados, condicionantes dos baixos índices de desempenho dos alunos, são apenas alguns e, assim como o todo deste trabalho, constituem ponto de partida para reflexão e novas tomadas de decisão.

As iniciativas positivas, tanto por parte da instituição em estudo, em seus momentos democráticos de discussão, planejamento semanal ou Conselhos Semestrais, como por parte de outros estudiosos que também tenham interesse de contribuir para a construção de uma educação de qualidade, devem estar pautadas num procedimento avaliativo eficaz que favoreça a formação plena do indivíduo para a cidadania no mundo da informação e do trabalho como princípio educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Curso de Formação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional**. Convênio: Secretaria da Educação / SUPROF. Nº 524 – Salvador, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394. de 20/12/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania /** elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Plano Nacional de Educação - PNE***. Brasília, INEP, 2001.

CHEVALLARD. Y. **La transposition didactica: del saber sabio al saber enseñado.** Buenos Aires: Aique Editor S.A., 1991.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____ **Avaliação, mito ou desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

_____ **Pontos e contrapontos**. 3ª edição, Porto Alegre: Mediação, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da experiência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SOARES, Magda. B. **Avaliação educacional e clientela escolar**. In: PATTO, M.H.S. Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T.A . Queiróz, 1981.

VASCONCELOS, Celso. **Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação**. São Paulo: Libertad, 1998.

ZABALA, Antoni**. A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.